

SOBRE A ESCOLHA DAS NUTRIZES: MEDICINA, DIETÉTICA E MORALIDADE NOS CUIDADOS DOS INFANTES ARAGONESES (1306-1318).

On the choice of wet: medicine, dietetics and morality in the care of aragonese children (1306-1318)

Renato Toledo Silva Amatzuzi
Doutor em História /Coord. de História DDC-NEM /SEED
Universidade Federal do Paraná
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0350-4410>
E-mail: renatoledo17@hotmail.com

Recebido em: 27/03/2022
Aprovado em: 03/07/2022

Resumo:

Garantir condições materiais e salutaras para sobreviver à primeira infância era um tema de primeira ordem entre as monarquias do Ocidente medieval. Os primeiros anos de vida eram uma etapa crucial, pois os índices de mortalidade infantil atingiam patamares elevados. Na corte do rei Jaime II de Aragão foram imprescindíveis os cuidados e pessoas para zelarem, nutrir e garantirem um desenvolvimento pleno para os dez filhos do monarca. Uma figura essencial nesse processo era a nutriz, incumbida de amamentar os recém-nascidos até os sete ou oito anos de idade. O presente artigo busca analisar o papel desenvolvido pelas nutrizes dentro da corte real aragonesa e as interferências dietéticas e médicas, assim como as pressões morais existentes sobre elas. Como objetos de análise serão utilizados um conjunto de cartas trocadas entre o rei Jaime II e as nutrizes dos seus filhos, dois tratados médicos, Sobre a doença das mulheres, de Trotula di Ruggiero e o Tratado das Crianças, de Bernardo de Gordon e as Partidas afonsinas. Essas fontes nos proporcionarão uma visão ampla acerca desse cargo essencial na criação dos futuros herdeiros da coroa.

Palavras – chave: Coroa de Aragão; medicina medieval; nutrizes.

Abstract:

Ensuring material and healthy conditions to survive early childhood was a first-order topic among monarchies from the medieval West. The first years of life were a crucial stage, as infant mortality rates used to reach high levels. In the court of King James II of Aragon, care and personnel were not spared in order to nourish and guarantee a full development for the monarch's ten children. In this process, an essential role used to be performed by the wet nurse, who was in charge of breastfeeding newborns until the age of seven or eight years. This article aims to analyze the role played by wet nursing within the Aragonese royal court and the dietary and medical interferences, as well as the moral pressures, that existed on them. As objects of analysis, a set of letters exchanged between King James II and his children's wet nursing and two medical treatises (On the Disease of Women, by Trotula di Ruggiero, and the Children's Treaty, by Bernardo de Gordon and the Afonsinas *Partidas* were used. These sources provided us a view of this essential position regarding the upbringing of future crown heirs.

Key-words: Crown of Aragon; medieval medicine; wet nurse.

Introdução

Os casamentos foram uma das maneiras mais eficazes de garantir aliados para firmar a soberania de reinos e dinastias no Ocidente latino, sobretudo no território ibérico. O reinado de Jaime II, o Justo (1267-1327, rei desde 1291), rei de Aragão, foi marcado pelo processo de expansionismo pelo Mar Mediterrâneo, um espaço de primeira ordem comercial e diplomática na Idade Média na segunda metade do século XIV. As pretensões econômicas e políticas da Casa de Aragão eram ambiciosas e projetavam conquistar diversas ilhas, como a Sicília, a Córsega e a Sardenha, além de estabelecer protetorados ao longo do norte da África e Área do Levante. À medida que esse processo se consolidava era necessário estabelecer laços mais profundos com esses territórios, sendo os casamentos uma das estratégias de grande efeito nessa complexa trama de poder e influência.

Como as dinâmicas políticas e fronteiriças no espaço ibérico eram inconstantes e variavam conforme uma série de fatores internos e externos, os matrimônios e noivados foram táticas amplamente utilizadas pelos reis ao selarem acordos e tratados. Na vida pessoal do monarca Jaime II, seu casamento com a princesa siciliana Branca de Anjou (1280-1310) serviu não somente como ponto de inflexão para cessar os conflitos na ilha da Sicília como gerou dez filhos, um matrimônio exitoso para os padrões da época. Os infantes aragoneses foram agentes fundamentais para os jogos políticos reais, diante do ativo contexto de alianças da época. Mais do que bons acordos firmados entre monarcas, era necessário garantir a saúde dos futuros herdeiros para cumprirem com diligência suas funções e destinos traçados antes mesmo de seus nascimentos.¹

Se gerar herdeiros era motivo de celebração, sobreviver à infância era uma preocupação constante, sobretudo nos primeiros anos de vida. Em uma época onde não havia tanto interesse social pela criança, somada a uma medicina incipiente e tratamentos precários de saúde, curar as enfermidades e esconjurar a morte era uma vitória, por isso o estabelecimento de regras e tratados com fins preventivos ante a terapêutica e o tratamento das doenças. A mortalidade infantil era elevada e uma realidade cotidiana que espreitava as famílias independentes da sua posição social. Aos futuros herdeiros e garantidores da linhagem aragonesa não eram poupados recursos materiais e humanos para salvaguardar os seus corpos frágeis e vulneráveis. Para isso, apelava-se a uma

complexa rede de amparo e cuidado de pessoas incumbidas de zelar pela saúde dos mesmos.

Em geral, as fontes medievais sobre o cotidiano e as relações entre as crianças e seus cuidadores são escassas, principalmente se fossem pobres. Tratando-se da corte há um número considerável de registros capazes de elucidar as vinculações interpessoais, políticas e culturais entre o monarca e sua prole. Foram escolhidos dois tratados médicos para melhor analisar a saúde e terapêutica tanto da gestante quanto dos recém-nascidos e crianças. São eles: *Sobre a doença das mulheres*, de Trotula di Ruggiero (século XI) e o *Tratado das crianças*, de Bernardo de Gordon (século XIV). Para complementar, analisaremos também as *Partidas* afonsinas e uma coleção de cartas trocadas entre o rei Jaime II e os responsáveis pela criação dos infantes. Essas cartas foram traduzidas ineditamente do latim para o português durante a confecção da minha tese de doutorado, como elas integram o apêndice documental da obra *Jaime II de Aragón: su vida familiar* (1948) compilado e organizado por Martínez Ferrando, para fins de referencia documental adotei a sigla CJA (Cartas de Jaime de Aragão) para padronizar e facilitar a identificação pelo leitor. Essas fontes revelam interessantes traços das relações entre o monarca e a criadagem envolvida na criação dos herdeiros reais, merecendo destaque as nutrizes, mulheres escolhidas rigorosamente para amamentarem e cuidarem dos recém-nascidos até os primeiros anos de vida, figuras essenciais durante o desenvolvimento pueril.

O parto e as condições maternas

A importância das nutrizes está relacionada diretamente às condições salutaras das parturientes e também do papel desempenhado por algumas mulheres da nobreza, sobretudo as rainhas, cujas funções sociais e políticas as obrigavam a delegar os cuidados da prole a terceiros, “sendo um comportamento socialmente aceitável e esperado dentro desse segmento” (CABRERA SÁNCHEZ, 2008: 220). Aos futuros herdeiros de Aragão, não foram poupados recursos para prover todos os cuidados durante a gestação, afinal, dar atenção à mãe era um assunto de primeira ordem. As condições de saúde das parturientes eram tão arriscadas e perigosas quanto dos recém-nascidos. Os tratados médicos já alertavam acerca dos riscos de hemorragias, dores e sofrimento no parto que

amedrontavam as jovens mães. Um deles é o tratado ginecológico *Sobre a doença das mulheres*, da médica salernitana Trotula di Ruggiero (século. XI) que alertava sobre os sofrimentos durante a gestação:

[...] com frequência as mulheres sentem dor depois do parto. O útero então, como uma fera selvagem, devido à repentina evacuação, quase se contorce vagando aqui e ali, provocando uma dor violenta e inchaço (RUGGIERO, 2018: 95).

A rainha de Aragão, Branca de Anjou teve seu primeiro filho, o primogêntio Jaime, em 1296, aos dezesseis anos de idade. Cada gravidez era uma ameaça iminente e motivo de preocupação e vigília constantes. Os sucessivos partos debilitavam gradualmente a rainha. Ciente do risco exposto e influenciada pelos conselheiros pessoais, redigiu seu testamento em 1308, alguns meses após o nascimento de seu penúltimo filho, Raimundo (1308) onde, de certa forma, já presentia o que poderia lhe ocorrer:

Rainha nossa de Aragão, são muitos os perigos que surgem no parto devido à obstipações e arriscam a saúde das mulheres antes e depois e até mesmo durante o parto. Cientes daquilo que corrompe vossa saúde e para a salvação de sua própria alma, desejando sinceramente serem providas suas exigências antes de deixar de existir ordena-nos e concede-nos a redação deste presente testamento [...] (CJA, 1948, carta nº 57: 34).²

No viver e pensar a morte no medievo, dois fatores eram estruturantes: primeiro, ela não se escondia, mas partilhava-se e segundo, a religião cristã oferecia para seus fiéis confiança de uma sacralização dos ritos de passagem para a imortalidade, o que justifica o número elevado de missas e doações a igrejas e dioceses estipuladas pela própria rainha. Os testamentos são, portanto, “fontes documentais importantes para entendermos a complexa relação dos homens diante da doença e da finitude, sobretudo o ato de vivenciar o próprio fenecimento” (COELHO, 2019: 57). Plenos de sua consciência mental e razão escreviam suas últimas vontades, afinal aqueles que reinam no mundo dos vivos também o fazem no mundo dos mortos.

Os temores de uma morte precoce se confirmaram. Em outubro de 1310, após dar à luz a infanta Violante (1310-1353), Branca faleceu vítima de complicações pós-parto conforme conta Jaime II ao arcebispo de Tarragona, Guillermo de Rocabertí († 1315):

Dado que a criatura não tinha como responder por seus próprios méritos ante o Criador, e por tal motivo não podemos ser o juízo divino, mas em vez disso nos confiamos à sua misericórdia, como fica claro o fato da natureza humana permanecer sempre em contínuo estado de transformação e nunca se sustentar por si mesma até o seu fim, e por isso caem por si quaisquer elucubrações sábias sobre o futuro, e é necessário dispor sua casa ante o tempo para que conduza o corpo até quando o filho de Deus encontre preparada a própria alma para que se encontre com Deus, nem a respeito de qualquer administração injusta possamos ser repreendidos pelo mesmo Altíssimo; Por isso nós, senhora Blanca, Rainha de Aragão por graça de Deus, junto a nosso menininho jacente, paralisados pelos muitos perigos que surgem do sexo feminino ante o parto, durante o parto e pós parto; desejosos pois de que seja concedida o mais pronto possível a salvação a nossa alma, quando recordaremos nosso parto e existiremos em nosso pleno sentido. (CJA, 1948, carta nº 61: 40).³

O esgotamento materno que abatia as parturientes era grande e prezando pela convalescência da mulher, os recém-nascidos das famílias nobres eram entregues a terceiros para os primeiros cuidados. Entre as principais protagonistas na primeira etapa da vida estavam às nutrizas. A palavra nutriz possui origem latina *nutricerii* e significa “aquele que nutre”. No medievo, essa função não se limitou à amamentação, mas englobava funções maiores, como introduzir os primeiros alimentos sólidos, zelar, instruir e iniciar os pequenos dentro dos princípios morais e éticos.

Há três motivos mais contundentes nesse ato tão comum nas cortes ocidentais, destaca Cabrera Sánchez ao analisar a função materna no medievo: primeiro, não era habitual entre as ordens mais elevadas a mãe amamentar e cuidar dos filhos, terceirizando o ato; segundo, elas desempenhavam funções políticas e diplomáticas como rainhas, exigindo diligência e demandando tempo; terceiro, o discurso médico da época atribuía à amamentação uma demora maior de gerar um novo filho, raciocínio correto, considerando que os hormônios gestacionais inibem a libido durante essa fase e retardam fisiologicamente o corpo para uma nova gestação (2008: 223).

Na família real aragonesa era o próprio o rei Jaime II encarregado de escolher, comunicar e também pagar o elevado número de funcionários envolvidos diretamente no cuidado com seus filhos, uma vez que a rainha estaria em resguardo. Por questões de natureza social, cultural e também médica, cabia à rainha apenas dar à luz para, em seguida, o recém-nascido receber os primeiros cuidados das nutrizas. Ao longo deste artigo, analisaremos algumas correspondências trocadas entre o rei e seus funcionários para melhor compreensão das preocupações paternas e suas intencionalidades diante da criação e cuidados dos futuros herdeiros.

A escolha das nutrizes: discurso médico e dietético

Desde o século XI ao XIV ocorreu a inserção da medicina hipocrático-galênica no Ocidente latino por meio da leitura dos cânones médicos árabes e judaicos. A presença desses autores estimulou a tradução e assimilação de tratados médicos desconhecidos até então. Com a ascensão e surgimento das instituições universitárias, a medicina ganhou espaço adquirindo *status* de filosofia natural e não mais de um ofício inferior, ligado ao sangue e às vísceras. Dessa forma, o corpo humano passou a ser objeto de análise e curiosidade intelectual e seus mecanismos de funcionamento fisiológicos e anatômicos foram amplamente discutidos e embasados conforme os cânones, dando competência ao discurso e às investigações.

Um dos primeiros registros médicos sobre as nutrizes em espaço ocidental encontra-se no tratado *Sobre a doença das mulheres*, de Trotula di Ruggiero (século XI), que destacava alguns aspectos físicos fundamentais para a eleição dessas mulheres:

É necessário que a nutriz seja jovem, tenha uma cor luminosa – uma mistura de branco e vermelho -, não esteja próxima ao parto nem muito distante. Não seja cheia de manchas nem doente, e tampouco tenha mamas excessivamente grossas: o peito deve ser grande e amplo, deve ser pouco gorda [...] (RUGGIERO, 2018: 93).

As características físicas mantiveram determinados padrões até o século XIV, respeitando sempre os ideais de equilíbrio e harmonia corporal. Em 1303, o físico francês Bernardo de Gordon publicou na obra *Practica seu Liliu medicina* um apêndice dedicado aos cuidados pueris, onde escreveu um extenso capítulo para a eleição das nutrizes, exigências essas semelhantes às de Trotula di Ruggiero. Gordon destacava critérios fundamentais como ter “[...] idade entre vinte e vinte e cinco até os trinta anos, pois é a mais perfeita e boa idade”, e mais, que “[...] não seja muito fraca nem muito gorda, mas seja mediana nessas qualidades [...] os peitos sejam médios, entre grandes e pequenos, e entre duros e brandos.” (GORDON, 2011: 77).

Diretamente relacionada às formas físicas, a alimentação era evidenciada em ambos os tratados, pois conforme o raciocínio médico medieval, as comidas adequadas e correspondentes às qualidades e humores da ama poderiam interferir positiva ou negativamente no seu leite, causando danos ou benefícios para a criança. A relação entre

alimentação e saúde parte do pressuposto que a cozinha e a medicina compartilhavam do mesmo referencial de mundo. Para Montanari, ambas são marcadas pela teoria hipocrática-galênica, os humores, as compleições e “a busca constante pelo equilíbrio e justa medida de produtos, formas de preparo, ordem dos horários e a quem e como se deveria consumi-los”, ou seja, a dietética era uma arte combinatória da escolha (MONTANARI, 2013: 12).

Assim, o físico e o cozinheiro interferem de maneiras semelhantes e complementares ao estabelecerem a comida como remédio e prazer à mesa. Em uma época de recursos escassos, o consumo de determinadas carnes, frutas, pães e outros insumos eram importantes auxiliares na prevenção de doenças e conservação da energia vital, pois precaver era mais eficaz do que tratar. No caso do aleitamento, havia a dupla preocupação sobre os corpos da nutriz e do bebê, pois determinados alimentos poderiam engrossar demais ou afinar o leite, provocando doenças e mal-estar em ambos:

[...] não deve comer coisas salgadas ou azedas, nem ácidas ou adstringentes, nem alho-porró ou cebolas, nem outras substâncias que se misturam aos alimentos pelo sabor, como pimenta, alho e rúcula, mas, principalmente, ela deve evitar o alho e as preocupações, e cuidar para não provocar a menstruação. (RUGGIERO, 2018: 93).

A conexão entre a alimentação da nutriz e a qualidade do seu leite possui um raciocínio correto. O processo de amamentação esgota as energias e necessita de uma rápida reposição calórica, exigindo a ingestão de carboidratos e líquidos para estimular a produção láctea e hidratar o corpo. Conforme a indicação de Trotula, caso o leite diminuísse, recomendava-se uma mistura líquida de “farinhas de fava e, de modo semelhante, arroz e de pão de semolina, preparados com leite e açúcar” e, caso desejasse mais “abundância”, deveria somar sementes de erva doce. Em se tratando de leite espesso, recomendava “xarope azedo e vinho delicado” e se fosse pouco consistente, os alimentos deveriam ser mais “fortes e substanciosos” buscando sempre equilibrar elementos líquidos com sólidos, espessos com ralos e fortes com fracos até atingirem a medida ideal (RUGGIERO, 2018: 93).

Já Bernardo de Gordon recomendava vez ou outra que a nutriz lambesse “uma mistura de mel” ou ingerisse “pão de açúcar e azeite ou sésamo (gergelim)” caso demorasse a descer. Se o leite fosse “delgado e claro, use arroz e carnes assadas e vinho

grosso”, mas se for “muito grosso, coma e ingira caldos de galinha com vinho suave ou caldo de grão de bico”, contudo se faltasse leite “use manteiga de vaca e sementes de feijão cozidas e moídas com um pouco de canela”, esfregando suavemente os peitos (GORDON, 2011: 78).

Embora desconhecemos os elementos da bioquímica, a experiência, a sabedoria popular e a medicina prática eram aliadas ao estabelecerem determinados critérios nessa etapa fundamental da vida. No caso das nutrizas que compunham a corte, os tratados médicos eram direcionados a um público, e também clientela, mais ricos e capazes de dispor todos os alimentos exigidos pelos físicos, como a pimenta, a canela, as carnes vermelhas, os vinhos e a manteiga, prezando sempre pela qualidade, equilíbrio e viscosidade. Com o passar do tempo, as orientações durante a eleição da nutriz passaram a adquirir um forte componente moral, se Trotula de Ruggiero atentava-se somente aos aspectos físicos e dietéticos, seus contemporâneos, como Bernardo de Gordon passou a cobrar posturas moralmente aceitáveis cada vez mais rigorosas.

Os critérios morais de escolha

No Ocidente latino medieval, existiram distintos sujeitos, meios e canais que modelaram o mundo feminino, cada um a sua medida e conforme os seus próprios valores, ideais, tabus e necessidades. Destas concepções socialmente criadas, o ideal de mulher, mãe e esposa estimularam um esforço criador composto de autores, instituições, leis, imaginários coletivos e discursos a construir subjetividades e identidades que direcionavam a educação e a instrução das mulheres ao matrimônio e a maternidade.

Durante o século XIV, o Ocidente latino presenciou uma polarização nas concepções de homem e mulher. Brochado destaca que as diferenças entre os sexos “eram exaltadas e inclinadas a estabelecer determinada superioridade física e racional masculina”. Esse discurso estava presente na filosofia aristotélica, defensora da natureza passiva e submissa feminina, justificando assim “o cerceamento das liberdades e poderes como também eram consideradas de natureza pouco cognitiva, pois, conforme defendia Santo Tomás de Aquino: toda mulher era um homem incompleto” (2019: 70).

Havia também uma desconfiança de natureza religiosa acerca do corpo feminino, pois as mulheres eram provocativas, sedutoras, vis e ardilosas, uma tentação ao

moralismo masculino e convite ao pecado e a luxúria. Dessa forma, a autoridade masculina era a única capaz de coibir não somente os comportamentos indecentes, mas garantir proteção física e poder de decisão frente à fragilidade, sobretudo em momentos de convalescência, como a gravidez e pós-parto.

Quando o discurso religioso referente à maternidade se somou ao discurso médico, adicionou às precauções e recomendações físicas e nutricionais um forte elemento moral. Conforme as teorias médicas galênicas e árabes acreditava-se que as características pessoais, hábitos e comportamentos eram transmitidos aos bebês durante o aleitamento, podendo corromper a natureza e compleição infantil, estimulando regras de conduta mais severas a essas mulheres.

No espaço ibérico, um dos primeiros documentos a incluir as nutrizes como assunto de primeira ordem dentro da esfera doméstica régia foi o corpo normativo e jurídico castelhano das *Partidas*, de Afonso X, o Sábio (1125-1284, rei desde 1252) em que reconhecia o papel essencial dessas cuidadoras no desenvolvimento físico e social dos futuros herdeiros. Conforme a lei dois, título sete, os infantes deveriam ser bem criados, de maneira respeitosa por dois motivos: “pois deverão sê-los mais nobres em si mesmos e para servir como bons exemplos aos outros” (AFONSO X, 2006: 29).

Nas *Partidas* exigia-se também que fossem “[...] sanas e bem acostumadas e de boa linhagem, de maneira que por suas crianças (do rei e da rainha) não recebam dela doença ou morte ou maus costumes”. As justificativas, baseadas na medicina medieval, apelavam para os vínculos afetivos estabelecidos entre criança e cuidadora, lembrando sempre tratar-se de um herdeiro real, razão suficiente para uma escolha minuciosa:

Por eso los sábios antigos que hablaron de estas cosas naturalmente dijeron que los hijos de los reyes deben tener tales amas que tenga leche bastante, y sean bien cumplidas y sanas y hermosas y de buen linaje y de buenas costumbres, y señaladamente que no sean muy sañudas, pues si tuvieran abundancia de leche y fueren bien cumplidas y sanas, criarán los niños sanos y recios [...] (AFONSO X, 2006: 29).

Complementar as jurisdições afonsinas havia o endossamento universitário acerca dos padrões morais mínimos esperados acerca dessas mulheres. Para Gordon, a sétima advertência é sobre a vida sexual das nutrizes, pois não “se deve deitar com nenhum homem, pois ao deitar com eles faz o leite horrível e de mau odor, não sendo conveniente

nem a criatura que está dentro do ventre nem a que está fora dele” (GORDON, 2011, p. 77). Mais adiante, destaca alguns padrões de comportamento da candidata, como:

A oitava condição é que a ama seja de bons costumes, convêm, a saber, que não se enfureça rapidamente nem se enoje ou se entristeça, nem seja louca nem endiabrada, nem apoplética, nem gulosa e não se embriague porque tais condições causam danos à criança, tornando-a negligente (GORDON, 2011: 77).

Como esses tratados circulavam entre as cortes e eram lidos e seguidos pelos reis, essas virtudes e condutas das nutrizes se tornaram objeto de interesse por parte dos mesmos, conforme apontado anteriormente nas *Partidas*. O rei Jaime II demonstrou preocupação durante a escolha da nutriz chamada Dona Huga, futura responsável pelas infantas Blanca e Constança, e contratada sob a responsabilidade de Dona Saurina de Beziers. Na correspondência trocada entre ambos, Saurina garante a boa conduta da nova nutriz, apesar da irmã ser inclinada à fofoca e “dura com as palavras”:

Sobre o fato que ocorreu, senhor, a respeito de D. Huga, surpreende-me muito. Saiba senhor que certamente e pela boa fé e lealdade que eu tenho em relação ao senhor, que se eu soubesse algo ruim sobre Dona Huga, algum mal estar ou algum vício, e por tal motivo a senhorita infanta pudesse ter alguma necessidade não suprida, mesmo sendo minha irmã, e não tenha nenhum conselho, mas que andasse pedindo pão de porta em porta, eu não aconselharia que vós a ajudásseis tomando conta da senhorita infanta, mas eu não lhe faria nenhum reparo a não ser que é muito dura com as palavras e os tempos. E o maior argumento de que ela possui o melhor testemunho desse fato é a mesma senhorita infanta, que mostra como é cuidada. (CJA, 1948, carta nº 58: 39).⁴

Essa pequena carta revela a confiabilidade tanto de Dona Huga como da própria Dona Saurina, ao apelar pela relação estabelecida com o rei, sendo seu testemunho aquilo que faltava para os últimos acertos antes da contratação. As nutrizes eram, antes de mulheres com moral e saúde ilibadas, prestadoras de serviços e relativamente bem remuneradas para tal. Nas cartas trocadas entre o monarca e elas, podemos ter uma breve noção dos valores recebidos. Em maio de 1306, o rei enviou à nutriz Bonanata, da infanta Isabel (1300-1330) uma carta atendendo ao seu pedido de recebimento dos pagamentos por serviços prestados. Nela, o tesoureiro Pedro Marcos pagaria no ato da entrega “dois

mil em sólidos de Barcelona em retribuição ao seu trabalho e serviços prestados no cuidado de nossa filha” e outros “mil sólidos de Barcelona para pagar o que falta no que diz respeito à moeda, já somos próximos ao Reino de Valência e assim vós tereis a presente carta de nossa parte”(CJA, 1948, carta nº 55: 32).⁵

O montante era de três mil sólidos barceloneses, uma quantia elevada para os padrões da época. Devemos considerar que a competência de emitir moedas era uma prerrogativa exclusiva dos monarcas aragoneses, mesmo cedida para alguns grupos, era um símbolo do poder régio. Apesar de consolidado o processo de monetarização do Ocidente medieval no século XIV, a cunhagem dessas moedas tinha custo elevado e exigia o contrato de mão de obra especializada, bem como aquisição de recursos naturais, principalmente ouro, prata e bronze. Além do valor econômico, circular com essas moedas representava um símbolo material de status e ligação direta com a nobreza.

Além dos pagamentos em dinheiro, havia as contrapartidas sociais. Um desses casos foi o pedido de Berenguela Lulla, aia e nutriz da infanta Maria (1299-1347) feito à Sibília de Cardona, em 1300. Após comunicar que “Maria está curada e muito empenhada, e todos os que estão a seu serviço estão bem de saúde” titubeou antes de pedir intercessão de Sibília junta à rainha, pois “sem querer parecer ousada, por não ver cartas suas em muito tempo”, logo expressou seu desejo maior, após algumas informações sobre os infantes:

[...] se pudésseis enviar, senhora, que a senhora Rainha fale ao bispo de Zaragoza sobre o benefício que prometeu a meus filhos, de modo que ele faça esse favor já que há um mês que ele deixou de doar isso a eles. O padre Laupar, portador dessas cartas, me pediu [...] Deixe de rogar, senhora, quanto você serviu e fazeis esse grande favor e grande honraria (CJA, 1948, carta nº 39: 24).⁶

Essas mulheres, como Berenguela Lulla e Sibília de Cardona ocupavam determinadas posições dentro da nobreza aragonesa e utilizavam de seu status social para cobrar favores régios, pois a função dada a elas, de nutrir os infantes, lhes concedia pequenos poderes, usados para barganhar cargos políticos e eclesiásticos para sua família. Aqui não há laços de suserania e vassalagem ou qualquer tipo de préstamo ou fidelização, mas um serviço bastante estimado, bem remunerado e capaz de proporcionar uma mobilidade social rápida ao conquistar não somente a confiança quanto o afeto da família real.

Conforme destaca as *Partidas*, caso as nutrizes fossem “dedicadas e empenhadas às crianças, estas as amarão mais” e “deixarão serem mais bem criadas”. Esse contato diário desenvolveu laços familiares artificiais sólidos que duravam por quase toda a vida. A presença dessas mulheres era constante e substituía a figura materna da rainha, um membro familiar distante e vista em situações específicas cercadas por protocolos e cerimonial.

Podemos exemplificar a afirmação anterior com a relação estabelecida entre a infanta Constança (1300-1327) e sua nutriz Dona Saurina de Beziers, responsável pela amamentação e criação da menina. Prometida em casamento aos seis anos de idade ao nobre castelhano Don Juan Manuel (1282-1348), sobrinho de Afonso X, Constança foi trasladada ainda pequena para a região fronteiriça de Villena, onde foi criada conforme os costumes da corte castelhana e firmou bodas em 1312, tornando-se responsável do marido.

Geralmente, ao cumprir doze anos, os infantes passavam a dispor de sua própria “casa” e seus próprios funcionários ou, quando mudavam para cortes estrangeiras, eram pessoas de experiência diplomática que os acompanhavam. O biógrafo de Jaime II, Hinojosa Montalvo reforça que esse foi um dos poucos casos conhecidos dentre os filhos de Jaime II, cuja nutriz permaneceu com a infanta, mesmo após o casamento da mesma, ascendendo socialmente e passando de nutriz para aia e depois se tornando dama do palácio, responsável por intermediar uma profícua correspondência com o rei informando acerca das diversas necessidades da menina, desde roupas até os pedidos constantes de físicos e remédios (HINOJOSA MONTALVO, 2006: 75).

O carinho entre a nutriz e a infanta foi eternizado na escrita de Don Juan Manuel, no livro de prosas *Libro de las tres razones* (1342), escrito após a morte de sua esposa, Dona Constança. Nesse documento, o trovador faz menção à Dona Saurina de Beziers: “et oí decir al mio cuidar a doña Saurina de Bedes, uma mucho honrada dueña, et muy buena, que criou a la infanta doña Constanza con quen yo casé [...]” (VENTURA I CONEJERO, 2004 : 223).

Uma das principais incumbências das aias era zelar pela saúde da infanta quando estivesse doente. A confiança depositada pelo monarca na nutriz é observada em uma carta escrita em julho de 1307, acatando o pedido de Dona Saurina ao enviar o físico valenciano mestre Guillermo Barberá:

Tendo recebido a carta que continha todos seus relatos, compreendi o motivo do envio. Respondendo a vós damos a entender que escrevemos eu e a senhora Rainha sobre o mestre Guillerme, físico de Valência, para que ele esteja no Castelo de Villena, para velar pela manutenção da perfeita saúde de nossa filha, senhorita Constança, que ele tenha acesso pessoal como indicamos nessa carta que dirigimos a vós, ditada pela Rainha para que vejais claramente como proceder. 16 das calendas de julho. Ano antes mencionado. (CJA, 1948, carta nº 50: 30).⁷

As cartas organizadas por outro biógrafo do rei Jaime II, J. Ernesto Martínez Ferrando (1948) indica uma saúde frágil da infanta Constança. As doenças que a acometiam eram em sua maioria de natureza respiratória, o que demandava constantes baldeações em busca de um ar mais puro. A medicina medieval dava uma grande importância aos ares, pois atribuía a eles e suas composições a melhora ou agravo de uma enfermidade. Ao contrário do que percebemos hoje, “o campo não era considerado um lugar saudável” e os físicos “recomendavam os ares das cidades”, afirma Sotres (1995: 267). Essa concepção, no entanto, mudou na modernidade, quando os campos eram alvo de buscas para reequilibrar os humores e isolar-se dos miasmas.

Há também outra explicação para essa associação, pois os autores dos cânones médicos eram moradores das grandes cidades orientais. Como o Ocidente passava por um grande processo de urbanização e crescimento demográfico acelerado, merecendo destaque a costa litorânea aragonesa, sobretudo Barcelona e Valência, os físicos indicavam o traslado dos infantes para esses lugares durante a convalescência, pois a soma de núcleos urbanos desenvolvidos com o clima litorâneo teria melhor eficácia no combate às enfermidades.

Complementar à questão dos ares, as roupas também eram assuntos de importância médica. Indispensáveis na proteção contra as intempéries da natureza, elas criam um “ambiente corporal temperado evitando a fuga do calor para fora do corpo, causando seu esfriamento e, portanto, um desequilíbrio” (SOTRES, 1995: 269).

Os físicos pouco explicavam sobre os determinados tipos de materiais usados e as partes do corpo que deveriam ser mais agasalhadas, no entanto indicavam lã, seda e linho para os dias quentes e peles de animais para os dias frios. Os tecidos eram objetos de alto custo, inclusive para as cortes, e a falta deles atingiu os próprios infantes. Na carta escrita por Dona Saurina à dama de companhia da rainha Blanca, Dona Sibila de Cardona, a primeira reclama vestes mais adequadas para a pequena Constança: “senhora, se for de vosso agrado [...] que possam ter roupas novas já que não possuem nenhuma a não ser

[...] e especialmente dona Constanza, que há anos se veste de modo muito ruim” (CJA, 1948, carta nº 39: 24).

As condições materiais dos infantes não eram das melhores. A falta de roupas, o atraso nos pagamentos de funcionários e as reclamações constantes dos filhos diante as recusas do pai em trasladar seus séquitos para outras cidades são apenas um dos reflexos de uma crise financeira e política maior. A combinação do desenvolvimento comercial mediterrânico e o desejo de glórias do próprio monarca impulsionou a Coroa até ao Mediterrâneo oriental.

Os interesses aragoneses pela ilha da Sicília levaram os habitantes de Palermo a oferecer a coroa aos monarcas de Aragão, “contrariando o interesse dos franceses e a vontade papal, o que motivou a excomunhão do monarca Jaime II”. Além disso, ocorreu a invasão da Catalunha e uma grande tensão, que Bonifácio VIII resolveu em 1296 ao casar Jaime com a herdeira do trono siciliano Branca de Anjou, inserindo a ilha na órbita da Coroa de Aragão e o monarca aragonês como receptor da Sardenha e da Córsega (SABATÉ, 2013: 58).

A obediência dessas ilhas gerou desgastes para a Coroa. O século XIV, sobretudo durante o reinado de Jaime II, cujos cofres deficitários, as dívidas pendentes com os burgueses barceloneses e valencianos e as políticas externas abaladas com a França e o papado, exigiram renúncias não somente para si como para os seus infantes, requerendo dos responsáveis pelas crianças diversas formas de reinventar-se frente às adversidades não apenas econômicas, mas climáticas, geográficas e biológicas, cabendo a essas jovens mulheres elegidas como nutrizas, a tarefa ou de proporcionar afeto, conservar a saúde e nutrir, apesar das restrições orçamentárias, os futuros herdeiros de Aragão.

Considerações finais

As relações criadas entre as nutrizas e os reis eram especiais. A nutriz possui um determinado poder, alimenta o filho dos reis, o tem em seus braços, cuida e é responsável pela sua saúde. A nutriz é escolhida, avaliada e exigida, mas também exige e cobra. A ela recaem prerrogativas médicas, de corpos sãos, de uma dieta adequada aos humores e função exigida, sempre pensando no bem-estar das crianças. Há também os preceitos morais, fundamentais durante a eleição, afinal, assim como as doenças os valores éticos

e nobiliárquicos são passados para os bebês pelo aleitamento. A força das leis afonsinas, nas *Siete Partidas*, o discurso médico de Trotula di Ruggiero e Bernardo de Gordon, além da complexa rede de laços familiares, de nobreza ou artificiais sondavam o comportamento dessas jovens mulheres constantemente.

Apesar das pressões sociais, havia espaço também para o afeto, o carinho e a cumplicidade entre as crianças e suas cuidadoras. Além de uma maneira de promoção social, o vínculo criado com os infantes pode ser considerado semelhante ao materno, pois à rainha não cabia o papel de criar sua prole, mas de parir e delegar os cuidados a terceiros. Este artigo não teve a pretensão de analisar as fontes sob a perspectiva da historiografia de gênero e tampouco inserir as expectativas criadas em torno das mulheres da época. No entanto, as cartas trocadas entre o rei Jaime II e as nutrizes são importantes elementos de compreensão acerca do universo feminino por meio de múltiplas perspectivas: institucional, social, religiosa e médica.

Fontes

- AFONSO X. **Las Siete Partidas** 2006. Disponível em: <
<https://biblioteca.org.ar/libros/130949.pdf>> Acesso em: 27. Mar 2022.
- GORDON, Bernardo de. El Tratado de los niños y regimiento de la ama. In: CABRERA SÁNCHEZ, Margarita. Un texto pediátrico del siglo XIV: El Tratado de los niños de Bernardo de Gordonio. **Meredis**, n. 9, p. 69-86, 2011.
- MARTÍNEZ FERRANDO, J. E. **Jaime II de Aragón**: su vida familiar. Vol II: Documentos. Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Barcelona, 1948.
- RUGGIERO, Trotula di. **Sobre a doença das mulheres**. Copiart, Tubarão – Santa Catarina, 2018.

Referências

- BROCHADO, Cláudia. *A querelle des femmes* e a política sexual na Idade Média. In: **Brathair**, v. 19, n. 2, p. 63-91, 2019.

- CABRERA SÁNCHEZ, Margarita. La transmisión del saber médico: la vida infantil en la Edad Media a través de los tratados pediátricos y de otras fuentes de la época. In: **Meredis**, v. 8, p. 7-36, 2006.
- _____. La muerte de los niños de sangre real durante el medievo. Aproximación al tema a través de las crónicas. In: **En la España Medieval**, v. 31, p. 217-248, 2008.
- COELHO, Maria Helena da Cruz. Do corpo à alma. In: FRANÇA, Susani Silveira Lemos (Org.), VIOTTI, Ana Carolina de Carvalho. **Cuidar do espírito e do corpo entre o velho e os novos mundos (séculos XIII-XVIII)**. EDUFSCAR, 2019, p. 55-74.
- HINOJOSA MONTALVO, J. **Jaime II y el esplendor de la Corona de Aragón**. San Sebastian: Editorial NEREA, 2006.
- LIZABE, Gladys. Madres medievales: en torno a la de-construcción de estereotipos femeninos. In: **Revista Melibea**, v. 11, n. 1, p. 101-118, 2017.
- MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura**. São Paulo: Editora Senac, 2013.
- RODRIGUEZ GARCÍA, Rita. Nodrizas y amas de cria. Más allá de la lactancia mercenaria. In: **Revista Internacional de Éticas Aplicadas**, nº 25, p. 37-54, 2017.
- SABATÉ, Flocel. A Coroa de Aragão: identidade e especificidade política e social. In: **Revista Signum**, v. 14, n. 2, p. 54-72, 2013.
- SOTRES, Pedro Gil. Les regimes de santé. In: GRMEK, Mirko. (Org.). **Histoire de la pensée medical en Occidente: Antiquité et Moyen Age**. Paris: Seuil, p. 257-281, 1995.
- VENTURA I CONEJERO, Agustí. Les cartes de Na Saurina de Béziers des de Villena al rei Jaume II entre març de 1306 i 27 de d'agost de 1312. In: **Atas del Congreso Internacional de Historia de la Corona de Aragón**, Valencia, Vol. 1, p. 215-254, 2004.

Notas

¹ Os filhos dos reis Jaime II e Blanca de Anjou foram os infantes Jaime (1296-1334), Afonso (1299-1336), Maria (1299-1347), Constança (1300-1327), Isabel (1300-1330), Juan (1201-1334), Pedro (1305-1381), Branca (1307-1348) e Raimundo (1308-1364).

² **CJA**, n. 57, versão parcial do original: “[...] domina Blancha, Dei gracia regina Aragonum, iuxta nostrum puerperium existentes, partusque nostre periculum obstupentes ob multa pericula que emrgunt femíneo sexui ante partum et in partu similiter et post partum; cupientes itaque salutí anime nostre celeri remedio provideri, cum ante enxum partum nostrum in pleno sensu nostro ac firma memoria existimus [...]”.

³ **CJA, n. 61, versão parcial do original:** “Ad noticiam vestram, non sine cordis amaritudine verum eciam anxio dolore, defferimus per presentem quod illustris domina Blanca, felices memorie Regina Aragonum, karissima consorte nostra, post Dolores gravissimos, quibus racione partus sui extitit per dies aliquos multipliciter lacessita, demum ipsorum dolorum angustia superante, die martis proxime pretérita, in vespere, prout Altissimo placuit, viam fui universi carnis ingressa, et ut regina catholica spiritum Deo dedit [...]”.

⁴ **CJA, n. 58, versão original na íntegra:** “Dely feyt, qui es estat, senyor, de dona Uga, me don gra maraveyla. Sapia, senyor, per tot cert e per l abona fe e leyalat que yo us tinc, que, si yo sabes a dona Uga ningun mal estar ne negun mal viçi, per que la seynora infanta posques menys valer, e fos ma germana, e no ages negun conceyl, sino que anas querente del pan per les portes, yo no conceylara que vos li liurassets per nodrir la seynora infanta, mas yo no li ín çe ne li’n conech negun, salvant qe es trop fort de sa paraula a les vegades. E la meylor escusa que ela ha el meylor testimoni d’aquest feyt es la seynora infanta, qui mostra con es nodrida”.

⁵ **CJA, n. 55, versão parcial do original:** “[...]solvi mandaveramus cum alia littera nostra per Petrum Boyle, tunc nostre Curie thesaurarium. De quibusquidem I milesolidorum soluti fuerint vobis miller solidorum Barchinone per Petrum Marci (...) Sicque restent vobis ad huc mille solidorum Barchinone ad solvendum [...]”

⁶ **CJA, n. 39, versão parcial do original:** “(...) mandavisse fideli thesaurario nostro Petro Marcii quod pecúnia cabesaggi Regni Valencie solveret vobis, Bonanate, nutrici inclite infantisse Isabelis, filie nostre karissime, duos mille solidorum Barchinone quos vobis in remuneracionem laboris et servicii per vos exhibiti in nutricendo (...) et solvi mandaveramus cum alia littera nostra per Petrum Boyle, tunc nostre Curie thesaurarium. De quibusquidem II miles solidorum soluti fuerint vobis miller solidorum Barchinone per Petrum Marci (...) Sicque restent vobis ad huc mille solidorum Barchinone ad solvendum, ut per resignacionem dicte littere et certificacionem inde habitam a dicto thesaurario constitit plenum nobis (...)”.

⁷ **CJA, n. 50, versão original na íntegra:** Fidelli suo magistro Guillemo, físico in Valencia, habitante etc. Cum nos et illustris domina Blanca, Regina Aragonum, karissima consors nostra, providemus quod vos maneatis et sitis in servicio nostro in castro de Billena pro conservacione salutis inclite dompne infantisse Constancie, filie nostre, pro tempore presentis estatismo prout inde dicta Regina hec vobis significat per litteram specialem, proptera vobis dicimus vosque rogamus quatenus ad dictum castrum accedatis, in ibique sitis ac intendatis circa conservacionem salutis dicte infantisse sollicite et diligenter, taliter quod inde mereamini regium premium obtinere, dicta autem domina Regina vobis faciet providere prout ipsa eadem vobis he et significat per litteram specialem”.